



JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DE RECURSO

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL – PREGÃO PRESENCIAL N°. 033/2017

Cujo Objeto: Refere-se à Aquisição de Materiais Médico Hospitalares, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Monte Carmelo, **COM RESERVA DE ITENS PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.**

Recorrente – Cirúrgica Aliança Produtos Hospitalares LTDA
Autoridade encarregada do Julgamento – Pregoeiro

I – RELATÓRIO

Verificada a tempestividade da impugnação, passamos a analisar as razões apresentadas pela impugnante: **Cirúrgica Aliança Produtos Hospitalares LTDA**, já devidamente qualificada, impetrou o presente **RECURSO**, questionando todos os itens do edital – PREGÃO PRESENCIAL 033/2017, vez que de acordo com o Recorrente, o mesmo não atende os requisitos no que tange ao tratamento diferenciado das empresas enquadradas com EPP/ME, com fundamento na LC 123/2006.

Por fim pede que o presente recurso seja considerado procedente, para que seja alterado o edital.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Sem embargo dos argumentos ofertados pela requerente no presente Recurso, mister faz-se reconhecer que não merece amparo tal pretensão em razão dos fundamentos a seguir expostos.

Primeiramente, observa-se no presente recurso, que este não especificou quais cláusulas do referido edital o Recorrente está impugnando. Apenas tecem argumentos



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações
Administração 2017-2020

genéricos sobre a possível violação do edital às normas insculpidas na LC 123/2006.

Nesse sentido, indo de confronto aos argumentos do presente recurso, o art. 49 da LC 123/2006 nos diz que:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

Ademais, o art. 48 da lei complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, prevê que:

“Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

(...)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, COTA DE ATÉ 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Handwritten signature: J. Wagner & Machado
J. Wagner & Machado
PROCURADOR
MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações
Administração 2017-2020

Dessa forma, não assiste razão à Recorrente quando alega que todos os itens do edital devem ser destinados exclusivamente a empresas enquadradas com EPP/ME, pois cabe à administração pública verificar se é ou não vantajoso sua contratação.

Isso porque a Administração Pública deve obedecer aos princípios da economia, celeridade e legalidade.

Lado outro, a cota de **até 25%** (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte já está garantida no edital, não assistindo razão o recurso ofertado.

III - DA DECISÃO

Diante do exposto, nega-se provimento ao presente Recurso Administrativo, tendo em vista que o edital cumpriu todos os requisitos legais vigentes.

Monte Carmelo-MG, 10 de março de 2017.


ISCLERIS WAGNER GONÇALVES MACHADO
Pregoeiro
Iscleris Wagner G. Machado
PREGOEIRO